



Eduardo Suplicy

Suplicy: empresas devem apresentar balanço social

Ao lastimar ontem que o Brasil figure na 68ª posição no Índice de Desenvolvimento Humano das Nações Unidas, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) pregou a necessidade de que as empresas brasileiras apresentem anualmente um balanço social. Dessa forma, elas informariam ao público o número de empregados, índice de escolaridade, faixa etária e qualificação, assim como a participação deles nos lucros anuais.

O senador defendeu projeto das deputadas petistas Maria da Conceição Tavares (RJ), Sandra Starling (MG) e Marta Suplicy (SP) que obriga as empresas públicas e privadas a apresentarem um balanço social. Ele disse que, dessa forma, os acionistas da empresa e os consumidores seriam informados sobre o valor das horas extras, encargos sociais e outros benefícios pagos. O balanço serviria também para mostrar se a empresa investiu em treinamento educacional, plano de saúde, seguro, previdência privada e em obras da comunidade.

Ressaltando que a lei brasileira não obriga as empresas a contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população, o senador disse que nos países com bom índice de desenvolvimento humano "mais e mais cresce a preocupação não apenas com rentabilidade, mas também com a inserção da empresa na comunidade".

CPI dos Precatórios gera 18 inquéritos na Polícia Federal

Comunicação é feita pelo procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, ao senador Bernardo Cabral, presidente da comissão

O procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, comunicou ao presidente da CPI dos Precatórios, senador Bernardo Cabral (PFL-AM), ter solicitado à Polícia Federal a abertura de inquérito contra 18 pessoas arroladas pela comissão como suspeitas de crimes contra a ordem tributária.

Brindeiro também informou a Bernardo Cabral ter solicitado à Receita Federal investigações por auditores fiscais do Tesouro Nacional para a apuração desses crimes. Ele disse ainda que pediu o acompanhamento das Procuradorias



Bernardo Cabral

as da República em São Paulo, Rio de Janeiro e Santa Catarina, estados onde residem

as pessoas investigadas.

Nessa primeira fase, estão sendo investigados Fausto Solano Pereira, Fábio Nahoun, Ronaldo Ganon, Ibrahim Borges Filho, Oscar Falk, Paulo Prisco Paraíso, José Pereira de Sousa, Genival de Almeida, Katsumi Kihara, Galdino de Faria, Fábio Pazzanezzi, Roberto Sanchez, Geraldo Biasoto Junior, Jairo Cândido, José Antonio de Freitas, Yoshiaki Nakano, Rubens Cenci da Silva e Luiz Calabria. Desde a semana passada, já está sendo processado Manoel Moreira Neto, da empresa Sabra.



A Comissão de Assuntos Econômicos (foto) aprovou ontem pedidos de empréstimos dos estados do Rio Grande do Sul e Sergipe, autorização ao governo do Espírito Santo para refinarar a dívida mobiliária e outras operações, além de permitir à União contratar empréstimo junto ao BID para financiar a modernização da rodovia Fernão Dias. A CAE decidiu também devolver pedidos de empréstimo do Paraná, em função de falta de informações. **Página 5**

**Francelino propõe
nova revisão da
Carta em 99**

Página 3

Benedita sugere programa contra a fome

Extinção do Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição, decidida pelo governo, faz a senadora sugerir novo órgão, subordinado diretamente à Presidência da República

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) sugeriu ao presidente Fernando Henrique Cardoso a criação de uma Secretaria Nacional de Alimentação e Nutrição, subordinada à Presidência da República, para substituir o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (Inan), extinto pelo governo.

- No Brasil, cerca de 32 milhões de pessoas não têm o que comer. A despeito dessa

realidade, no ano escolhido pelo governo federal como o Ano da Saúde, o próprio governo acaba de extinguir o organismo responsável pela política de nutrição e alimentação - assinalou.

Para Benedita, a nova secretaria assumiria um novo Programa Nacional de Alimentação e Nutrição, capaz de contemplar e intervir sobre



Benedita da Silva

a gravidade do problema da fome. "Esse programa deverá ser o resultado de uma negociação coletiva, envolvendo o governo, o Congresso Nacional e a sociedade civil, incluindo as ações dos diferentes ministérios e os setores relacionados à produção, ao consumo de alimentos, ao poder aquisitivo e à cultura alimentar da população", afirmou.

A senadora ressaltou que defende o enxugamento dos órgãos públicos, "mas não para reduzir os gastos sociais", e destacou que os funcionários do Inan adquiriram experiência na área de segurança alimentar. "O governo investiu muito na qualificação desses servidores e não pode desperdiçá-los com o argumento de estar fazendo uma reforma administrativa", frisou Benedita.

Suassuna defende cobrança terceirizada

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) defendeu ontem seu projeto de terceirização na cobrança das dívidas da União, apresentado na terça-feira como uma solução para a falta de verbas para a Saúde.

Segundo ele, "como ano que vem não será cobrada a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), o gover-



Suassuna

no federal precisa encontrar uma fórmula para arrecadar R\$ 6 bilhões para a manutenção do serviço público de saúde".

Pelo projeto de Suassuna, o Poder Executivo é autorizado a credenciar escritórios de advocacia para cobrarem os débitos vencidos junto à União, mediante remuneração correspondente a um percentual sobre os valores cobrados.

- As dívidas para com o governo somam espantosos R\$ 300 bilhões e, como presidente da Comissão Mista de Orçamento, vejo as dificuldades da área da saúde. O sistema de terceirização das cobranças já funciona, com sucesso, no estado do Rio de Janeiro, na Argentina, no Canadá e em vários países europeus. Só espero que o Brasil não seja o último país a aderir - afirmou.

Tebet destaca avanço de universidade

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) informou que a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) é a primeira do país a ter os cursos autorizados pelo Conselho Estadual de Educação. Segundo ele, o estado obedece, assim, à Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que prevê a descentralização das decisões na área de ensino.

- Se depender do Conselho Estadual de Educação, não tenho dúvida de que a universidade do meu estado será autorizada a funcionar nos moldes em que foi concebida em 1979 - disse.

De acordo com Tebet, a UEMS possui 14 campus espalhados por diversas cidades do estado e dá prioridade à interiorização do ensino. Conforme o senador, ela se caracteriza pelo caráter comunitário, uma vez que a comunidade participa das decisões sobre as prioridades e os cursos oferecidos.



Ramez Tebet



Há 15 anos a esposa do senador José Fogaça planejava cantar suas músicas no Dia dos Namorados

Isabela interpreta Fogaça no 12 de junho

No projeto Quintas Culturais do Senado um dia especial, nesta quinta-feira, com a apresentação do show *Isabela canta Fogaça*, no qual a esposa do senador José Fogaça interpretou músicas de seu marido em comemoração

do Dia dos Namorados. "Em Brasília perguntam como um senador pode ser músico, e no Rio Grande do Sul me perguntam como um músico pode ser senador", comentou Fogaça a respeito de seu trabalho como compositor

e letrista, já conhecido em sua região.

Isabela Fogaça disse que planejava essa homenagem a seu marido há 15 anos. O senador esquivou-se, ao afirmar que o concerto era destinado a todos os namorados.

Agenda do Dia
PLENÁRIO

9h - Sessão Não Deliberativa do Senado

Francelino propõe revisão da Carta em 99

Para o senador, há muito o que mudar na Constituição, como é o caso do hibridismo dos sistemas de governo parlamentarista e presidencialista, gerador de dificuldades entre os Poderes

Em projeto de emenda constitucional apresentado ontem, o senador Francelino Pereira (PFL-MG) propôs a realização de uma revisão constitucional com duração de dois anos, a ser iniciada com a inauguração da 51ª Legislatura, em 15 de fevereiro de 1999, e encerrada em 15 de dezembro do ano 2000. Pela proposta, a reforma deverá ser aprovada em sessão unicameral, pelo voto da maioria absoluta de seus membros.

Na justificativa do projeto, Francelino considera que a revisão constitucional prevista nas Disposições Transitórias

da Constituição de 1988, concluída em junho de 1994, não teve êxito por "fatores políticos conjunturais", daí que "seu desempenho foi insignificante, com a aprovação de apenas seis emendas, todas de importância secundária".

Diante disso, observou o senador, há muito o que mudar na Constituição. A título de exemplo, ele citou o hibridismo dos sistemas de governo parlamentarista e presidencialista que caracteriza a Carta, gerador de dificuldades no relacionamento entre os poderes Executivo e Legislativo. A repartição de competência



Francelino Pereira

entre as unidades da Federação, os privilégios corporativos, o sistema político-eleitoral e o sistema judiciário seriam outros tópicos carentes de mudanças, segundo France-

lino.

O início da revisão logo após as eleições gerais de 1998 permitirá, na opinião do senador, que a campanha eleitoral "tenha, como principal motivação, uma ampla discussão sobre os caminhos da modernização do país".

Em aparte, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) disse que o fato de cerca de três dezenas de emendas constitucionais estarem tramitando no Congresso significa "que algo precisa ser mudado". Ao invés de retalhar a Constituição, concordou, mais razoável seria uma revisão completa.

Simon exalta integridade de Itamar na Presidência

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) ocupou ontem a tribuna do Senado para discorrer sobre "a honrabilidade do governo Itamar Franco". Disse o senador que, ao assumir a Presidência, Itamar buscou um governo de entendimento e o compôs com praticamente todos os partidos. Simon solicitou os depoimentos de outros senadores que, como ele, integraram aquele governo e afirmou que aguarda manifestação do presidente Fernando Henrique Cardoso sobre o assunto.

Em aparte, o líder do governo, Elcio Alves (PFL-ES), que exerceu o Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo no governo Itamar, declarou que "não poderia, em nenhum momento, negar ao presidente Itamar a sua solidariedade pessoal em relação à integridade de seu governo". Falando também em nome do senador Bení Veras (PSDB-CE), que foi ministro do Planejamento no governo Itamar, Elcio atri-



Pedro Simon

buiu a Simon, de quem foi vice-líder, a sua indicação ao MICT, e afirmou seu "respeito e admiração" por Itamar.

Simon lembrou que, como vice-presidente, Itamar Franco "não teve um gesto sequer" de envolvimento na CPI do *Impeachment*.

Quando o Congresso instalou a CPI do Orçamento, continuou Simon, de novo o governo não interferiu e, quando o nome do chefe da Casa Civil foi envolvido, este foi afastado até que tudo se esclarecesse. Na época, como líder do governo no Senado, Simon propôs ao presidente a criação de uma comissão especial destinada a investi-

gar e punir a corrupção na administração pública, disse. Composta por figuras públicas e um único membro do governo, Romildo Canhim, ministro da Administração, a comissão tinha poderes para investigar qualquer denúncia, frisou.

Um dossiê, com os 47 casos então investigados, foi entregue depois ao sucessor de Itamar, Fernando Henrique Cardoso, que "extinguiu a comissão por decreto". Outra "mágoa" de Simon em relação a FHC, conforme observou, diz respeito à CPI dos Corruptores, vetada logo no início de seu governo.

O senador afirmou que, de fato, Itamar Franco tinha "alguns princípios que sempre o apaixonaram". Um deles era o de que os cargos da área econômica não deveriam ser exercidos por banqueiros, empresários ou economistas com relações com o sistema financeiro, "preferia os funcionários aposentados". Daí ter apoiado projeto de lei estabelecendo uma "quarentena" para os presidentes do Banco Central,

aprovado no Senado e "há anos parado na Câmara", disse. Simon citou o caso específico da economista Elena Landau, responsável pelo programa de privatizações no BNDES que, após deixar o governo, "foi para uma instituição financeira internacional e proferiu palestra para orientar investidores interessados na privatização".

Em aparte, Roberto Freire (PPS-PE), afirmou que, como líder do governo Itamar na Câmara, defendeu o afastamento de ministros que tiveram seus nomes envolvidos em denúncias surgidas na CPI do Orçamento. O governo não interferiu na CPI, assegurou o senador, e aceitou sua sugestão, "demonstração de que o governo Itamar foi diferente, nessa matéria, em relação a seus antecessores e ao atual". Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), por sua vez, lembrou que, além da CPI dos Corruptores, FHC também vetou a instalação da CPI dos Bancos.

Requião ouviu "conversa mole" de Pitta

Relator da CPI dos Precatórios diz que só pode ser contestado por fatos e acredita que o prefeito de São Paulo é "um dos membros da quadrilha" dos títulos públicos

Marina quer Chico Mendes herói nacional

A senadora Marina Silva (PT-AC) apresentou projeto para que o nome do seringueiro Chico Mendes



Marina Silva

seja inscrito no "Livro dos Heróis da Pátria", em memória aos 10 anos de sua morte. A seu ver, a medida

contribuirá "para propagar um exemplo de atuação em favor do meio ambiente, da cidadania e desenvolvimento sustentável, dignos de registro histórico".

Segundo Marina, Chico Mendes tornou-se interlocutor de governos, instituições civis, líderes políticos e cientistas, ajudando a colocar o Brasil no centro de um debate internacional que culminou na conferência sobre meio ambiente e desenvolvimento realizada no Rio de Janeiro (Eco-92).

Na sua opinião, a memória do líder seringueiro não pode ser apagada, pois ele foi morto depois de ter sofrido várias tentativas de assassinato motivadas pelas denúncias que fazia sobre o modelo predatório de desenvolvimento da Amazônia. "No exterior vários logradouros públicos e instituições foram criadas em memória de Chico Mendes. Contudo, no Brasil, a precária memória histórica precisa ser permanentemente realimentada", afirmou.



Antonio Carlos recebeu em audiência o prefeito carioca

Conde vai a ACM por empréstimo ao Rio

O prefeito da cidade do Rio de Janeiro, Luiz Paulo Conde, pediu ontem o apoio do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, para a aprovação rápida de pedido de empréstimo externo, no

valor de US\$ 300 milhões, destinado à drenagem da baía de Jacarepaguá. Na visita, o prefeito conversou sobre o momento político e as perspectivas eleitorais para 1998.

Relator da CPI dos Precatórios, o senador Roberto Requião (PMDB-PR) definiu como "barulhento e inconsequente" o depoimento prestado pelo prefeito de São Paulo, Celso Pitta, na quarta-feira. "Meu relatório só pode ser contestado com documentos; não com conversa mole, e o que o prefeito trouxe foi pura conversa mole", garantiu o relator.

Requião se disse convencido de que Celso Pitta realmente participou do esquema de montagem de emissão de títulos que resultou em altos lucros para as pessoas agora submetidas à

investigação da CPI. "Se o prefeito não é um dos chefes da quadrilha, deve ser um dos membros", afirmou o relator, mencionando como prova incontestável o fato de que dois mil telefonemas foram trocados entre a prefeitura de São Paulo e o banco Votorantim, um dos principais implicados no esquema.



Requião

Também ontem, o presidente da CPI, Bernardo Cabral (PFL-AM), designou os senadores Epitácio Cafeteira (PPB-MA), Casildo Maldaner (PMDB-SC) e Carlos Wilson (PSDB-PE) como emissários dos convites destinados, respectivamente, ao ex-prefeito Paulo Maluf (São Paulo) e aos governadores Paulo Afonso (SC) e Miguel Arraes (PE), para depor na CPI. Requião disse acreditar que os convites serão aceitos, "na medida em que representam uma oportunidade para eles refutarem as informações contidas no relatório parcial apontando o envolvimento dessas autoridades na emissão irregular de títulos públicos".

Lauro confere altos salários na UnB

O senador Lauro Campos (PT-DF) solicitou ao ministro da Educação, Paulo Renato Souza, cópias das folhas de pagamento de todos os servidores da Fundação Universidade de Brasília, referentes aos meses de dezembro de 96 a maio de 97. Segundo o senador, "há graves denúncias sobre a existência de altíssimos salários na UnB, formuladas com base em documentos da própria fundação".

Lauro Campos lembrou que o assunto já havia sido abordado pelo deputado Antônio Jorge, que, de pos-

se da folha de pagamento do mês de dezembro de 95, apontava que inúmeros servidores da fundação receberam salários muito acima dos existentes nas universidades federais do país.

Na qualidade de senador da República pelo Distrito Federal, egresso da Universidade de Brasília, não posso me furar a instar esta Casa e meus pares a se engajarem no pronto e cabal esclarecimento dos referidos fatos, para que aquela instituição não seja acusada de estar prestando um desserviço à nação - afirmou o senador.



Lauro Campos

CAE analisará legislação sobre endividamento

José Serra vai reunir em um substitutivo projetos que tornam mais rígidas as normas a serem obedecidas por estados e municípios em suas emissões de títulos e operações de crédito

O plenário decidiu que a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) analisará dois projetos de resolução que alteram legislação sobre endividamento de estados e municípios, constantes da Ordem do Dia de ontem. O senador José Serra (PSDB-SP), presidente da CAE, esclareceu existirem na comissão projetos a respeito do assunto, os quais pretende reunir em um substitutivo, assim que terminar a CPI dos Precatórios.

O primeiro projeto, do senador Bernardo Cabral (PFL-AM), presidente da CPI dos Precatórios, determina que toda emissão de títulos estaduais e municipais deve ser feita em leilão público. O outro projeto, do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), exige que os estados e municípios prestem contas trimestralmente ao Banco Central sobre suas operações de crédito.

O plenário aprovou ainda três acordos externos firmados pelo governo brasileiro: o ajuste complementar ao acordo básico de cooperação científica Brasil-Chile, o acordo sobre serviços aéreos assinado com a Nova Zelândia e a convenção internacional de combate à desertificação.



Os senadores que integram a Comissão de Assuntos Econômicos examinaram solicitações dos estados

Aprovada verba para combate à pobreza

O Projeto de Conservação dos Recursos Naturais e de Combate à Pobreza e ao Êxodo Rural do Rio Grande do Sul poderá ter um apoio financeiro no valor de US\$ 100 milhões. A operação de crédito externo entre o governo gaúcho e o Bird foi aprovada ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que acolheu parecer favorável apresentado pelo relator, senador Pedro Simon (PMDB-RS). A proposta agora será examinada pelo plenário do Senado.

O crédito conta com o aval da União e será pago em vinte prestações semestrais, iguais e consecutivas, no valor de US\$ 5 milhões cada uma. A primeira vencerá em 1º de novembro

de 2002 e a última em 1º de maio de 2012.

Segundo o relator, o financiamento objetiva contribuir para uma efetiva redistribuição de riquezas, para a realização da cidadania do homem do campo e para o desenvolvimento uniforme do setor econômico. "Tudo em conformidade com as políticas de priorização da área agrícola definida pelo governo do Rio Grande do Sul", assinalou Simon.

Presidida pelo senador José Serra (PSDB-SP), a CAE aprovou, ainda, mais três pareceres favoráveis a pedidos de empréstimos. O primeiro, relatado pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP), autoriza a União a contratar, junto ao BID, empréstimo no valor de US\$ 275 milhões

para financiar parcialmente o Projeto de Modernização da Rodovia Fernão Dias (BR-381) - segunda etapa do trecho entre os estados de São Paulo e Minas Gerais.

O segundo autoriza o governo do estado de Sergipe a contratar operação de crédito junto ao BNDES no valor de R\$ 11,5 milhões. Os recursos serão destinados ao Programa de Ação para o Desenvolvimento Turístico do Nordeste do Brasil (Prodetur).

O último autoriza o governo do Espírito Santo a refinanciar a dívida mobiliária do estado, as operações de Antecipação da Receita Orçamentária (ARO) e os empréstimos contraídos junto à Caixa Econômica Federal.

Pedido de empréstimo é devolvido ao Paraná

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem parecer favorável do senador Osmar Dias (PSDB-PR) a requerimento do senador Esperidião Amin (PPB-SC) solicitando a devolução de três pedidos de autorização de empréstimos externos feitos pelo governo do Paraná. O autor do requerimento informou que o governador do estado, Jayme Lerner, não respondeu às diligências solicitadas pela

CAE desde dezembro de 1996. - Sem as informações que nos foram negadas, a comissão não tem condições de deliberar sobre os pedidos de empréstimo - disse Amin.

Osmar Dias informou que vem sofrendo as "maiores discriminações" por parte de Jayme Lerner. Segundo garantiu, o governador, apesar de se negar a prestar os esclarecimentos requeridos pela CAE, tem utilizado a imprensa para divulgar a versão de que ele e o se-

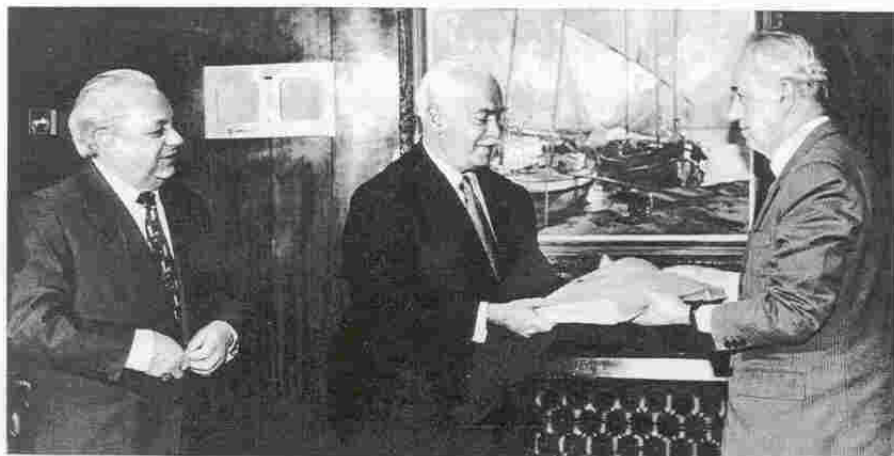
gador Roberto Requião (PMDB-PR) estariam impedindo a tramitação dos pedidos de empréstimo.

O líder do governo no Senado, Elcio Alvares (PFL-ES), protestou contra um grupo de empresários paranaenses que na quarta-feira, no local conhecido como cafezinho dos senadores, atribuiu aos membros da CAE, especialmente aos representantes do Paraná, de forma "agressiva e descortês", a responsabilidade pelas dificuldades na li-

beração dos empréstimos.

- Não fosse a maneira firme e altaneira com que reagiu o senador Osmar Dias, poderíamos ter tido momentos de muito maior constrangimento do que os que tivemos - afirmou o líder.

Gilberto Miranda (PFL-AM), Wilson Kleinübing (PFL-SC), Fernando Bezerra (PMDB-RN) e o presidente da comissão, José Serra (PSDB-SP), solidarizaram-se com Osmar Dias.



ACM recebe do ministro Paulo Afonso Martins de Oliveira relatório do Tribunal de Contas da União

TCU entrega a Antonio Carlos relatório sobre contas de 1996

Documento agora será encaminhado à Comissão Mista de Orçamento para apreciação do Congresso

O presidente em exercício do Tribunal de Contas da União (TCU), Paulo Afonso Martins de Oliveira, entregou ontem ao presidente do Congresso, senador Antonio Carlos Magalhães, o relatório do órgão com a apreciação geral das contas

dos três Poderes da República relativas a 1996. Ele estava acompanhado pelo ministro Fernando Gonçalves, daquele tribunal.

De acordo com dispositivo constitucional, a presidência da República deve apresentar o relatório geral

das contas até 15 de abril de cada ano, e o TCU tem prazo de 60 dias para dar seu parecer.

O relatório será agora apreciado pela Comissão Mista de Orçamento do Congresso, para que o Legislativo possa julgar as contas.

Geraldo Melo recebe político do Azerbaijão

O senador Geraldo Melo (PSDB-RN), primeiro vice-presidente do Senado, recebeu ontem Rasoul Gouliev, ex-presidente do parlamento do Azerbaijão e futuro candidato à presidência da ex-república soviética. No encontro, o visitante manifestou seu interesse em estimular maior aproximação entre os dois países e o desejo do atual presidente do Azerbaijão em visitar o Brasil.

Presidente do Senado é contra criar cargos

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, manifestou ontem, em plenário, sua posição contrária à criação de novos cargos para gabinetes dos senadores, como está previsto no Projeto de Resolução 42. Antonio Carlos deu sua opinião ao responder ao senador Epitácio Cafeteira (PPB-MA), que pediu a votação de requerimento para que o assunto seja incluído na Ordem do Dia.

- Embora pessoalmente não ache bom para o Senado a criação de novos cargos para gabinetes de senadores nesta oportunidade, V. Exa. será atendido na votação. Acho que vai ser um desgaste para a instituição, mas terei de cumprir a decisão dos senhores senadores - disse o presidente do Senado.

Cafeteira ponderou que o projeto de resolução aumenta o número de cargos de gabinetes, mas faz cortes no número total de funcionários do Senado. Disse que o projeto já foi aprovado pela Mesa e pela CCJ. "Fui voto vencido na Mesa ao votar o assunto", acrescentou Antonio Carlos Magalhães. O requerimento não chegou a ser votado.

Sergipe tem novo bispo, anuncia Valadares

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) destacou ontem a satisfação do povo sergipano ante a sagração de dom Mário Rino Sivieri como bispo da diocese de Propriá. A solenidade, segundo informou, foi realizada em 25 de maio na cidade de Lagarto (SE), e dom Mário assumirá suas novas funções no domingo.

Valadares disse que a presença de mais de 25 mil fiéis na festa de sagração de dom Mário foi uma "demonstração inequívoca" do carinho e da gratidão do povo de Sergipe para com o religioso.



Senador chinês investe na Bahia

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu ontem em audiência extra-agenda (foto) o senador Chen Chi-Sun, de Taiwan, que está no país na condição de empresário para formalizar um investimento de US\$ 22 milhões na Bahia, onde pretende insta-

lar uma grande tecelagem.

As indústrias do parlamentar chinês, em Formosa, são responsáveis pela produção de 50 por cento de toda fibra sintética importada atualmente pelo Brasil. O senador chinês convidou Antonio Carlos a fazer uma visita oficial a Taiwan.

Falta crédito para agricultura, reclama Bezerra

Em Mato Grosso, 80% dos produtores enfrentam dificuldades para obtenção de financiamento, segundo o senador, que considera o plano de securitização "mais uma farsa"

O governo é o único responsável pelo que está ocorrendo no setor agrícola do país, afirmou ontem o senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), ao reiterar suas preocupações com a situação da agricultura brasileira, particularmente a de Mato Grosso, onde 80% dos produtores estariam enfrentando dificuldades para obtenção de financiamento.

Na opinião do senador, além do Real, "o plano de securitização é mais uma farsa" da política governamental que está penalizando os agricultores, em decorrência das elevadas taxas de juros. "Isso é um absurdo que o país vem cometendo há 400 anos", disse Carlos Bezerra, para quem a questão precisa ser revista o mais rapidamente possível.

Carlos Bezerra afirmou que, além de apresentar um dos melhores desempenhos agrícolas do país nos últimos



Carlos Bezerra

anos, Mato Grosso tem contribuído significativamente para o superávit que o setor tem conseguido na balança comercial, especialmente com a soja, principal item da pauta das exportações brasileiras.

No entanto, os produtores mato-grossenses não têm colhido os frutos de seu esforço. Por exemplo, não se beneficiaram com a alta do preço da soja, cuja saca alcançou até R\$ 14,00, porque, antes da safra, tiveram que vender ao preço de R\$ 8,00 a saca para

comprar adubo, fertilizantes e defensivos - lamentou.

Segundo o senador, os produtores tinham a esperança de que os problemas de suas dívidas fossem resolvidos com a securitização. Mas isso não aconteceu, e o crédito continua difícil e escasso. "Esperava-se maior oferta de crédito agrícola com dinheiro das exigibilidades bancárias após o advento da CPMF, que fez aumentar de R\$ 14 bilhões para R\$ 22 bilhões os depósitos à vista. No entanto, os 25% proporcionais não têm sido ofertados pelas instituições financeiras", frisou.

Carlos Bezerra disse que, para solucionar essa questão do crédito, seriam necessárias várias ações por parte do governo federal, que apontasse uma vontade política de mudar o atual quadro.

Em primeiro lugar, é preciso fazer chegar dinheiro

novo aos agricultores. Isso poderia ser feito se os bancos aceitassem a penhora da safra como garantia. Em seguida, é necessário baixar o custo do financiamento, tanto dos recursos oriundos das exigibilidades quanto daqueles captados no mercado externo - sugeriu.

Para o senador, todos os problemas que se verificam na produção agrícola poderiam ser minimizados ou mesmo evitados se houvesse uma política consistente para o setor, o que, a seu ver, não existe há muitos anos. Para restabelecê-la, Carlos Bezerra está convencido de que é preciso que o Conselho Nacional de Política Agrícola retome suas prerrogativas de orientar o plano de safra, de propor reajustamentos e de opinar sobre a pauta de produtos e garantia de preços mínimos.

Ademir pede que governo dê apoio a fábrica do Jari

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) disse ontem que o Movimento SOS Jari reivindica a liberação de R\$ 50 milhões junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), para garantir o emprego de cerca de 7.500 pessoas que, direta ou indiretamente, trabalhavam na fábrica de celulose do Projeto Jari, paralisada após incêndio.

Ele informou que os governadores do Pará e do Amapá buscam colocar a fábrica em funcionamento o mais rapidamente possível e afirmou que espera do governo federal a mesma disposição de atendimento demonstrada em relação ao sistema financeiro.

Do total de recursos solicitados, R\$ 10 milhões seriam necessários com urgência, para a indústria retomar suas atividades.



Ademir Andrade

Os R\$ 40 milhões restantes seriam destinados à primeira fase de construção da hidrelétrica de Santo Antônio, "para resolver a grave crise de energia da região do Vale do Jari", acrescentou.

Ademir Andrade informou que o Vale do Jari abrange uma área nos estados do Pará e Amapá, com três municípios - Almeirim (PA), Laranjal do Jari (AP) e Vitória do Jari (AP) - cujas populações dependem, para emprego e renda, da fábrica de celulose.

Rocha considera injusta condenação de Rainha

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) considerou "injusta" a pena de 26 anos de prisão imposta pelo tribunal do júri da cidade de Pedro Canário (ES) ao líder do MST, José Rainha, acusado de assassinato de um fazendeiro e de um policial militar. "Espero que haja uma reversão dessa pena no novo julgamento", disse.

Rocha comunicou ao plenário que o deputado federal Gervásio Oliveira, que pertencera ao PSB do Amapá, fi-



Sebastião Rocha

liou-se quarta-feira ao PDT. O senador informou que o deputado, que começou como vereador, é muito respeitado no Amapá e sua filiação "só engrandece o PDT".

Homenagem aos 175 anos da Maçonaria

José Roberto Arruda lembrou as atividades dos maçons brasileiros desde os tempos da Independência, recebendo solidariedade de vários senadores em plenário

O Senado dedicou a primeira parte de sua sessão plenária de ontem aos 175 anos de fundação da Maçonaria no país. As galerias tomadas por representantes da Maçonaria de todos os estados brasileiros e de outros países ouviram o senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) abrir os discursos, destacando o papel da instituição na História do Brasil e saudando o desembargador Francisco Murilo Pinto, seu grão-mestre geral no país.

Arruda disse que a Maçonaria tem-se revelado um fórum de importantes debates sobre os problemas do país, na busca de uma sociedade mais justa, e destacou um dos principais fundamentos da instituição - a luta pela liberdade e pela democracia.

Segundo o senador, a Maçonaria, fundada em 17 de junho de 1822, teve participação ativa na independência, sobretudo por intermédio de José Bonifácio, um dos seus fundadores, e influenciou em vários momentos da nossa História: Inconfidência Mineira, Lei do Ventre Livre, Abolição da Escravatura e Proclamação da República.

José Roberto Arruda destacou que a Maçonaria desempenha, também, papel relevante em todas as comunida-



Arruda abriu, sob a presidência de Antonio Carlos Magalhães, a homenagem aos 175 anos da Maçonaria

des onde está organizada e lembrou o engajamento na Campanha de Desarmamento, na criação do Plano Nacional de Erradicação do Analfabetismo, do Plano de Previdência e Assistência, do Plano de Assistência Nacional aos Carentes, e na Campanha de Combate à Fome e à Miséria. O senador informou que a Maçonaria fundou, ainda, a Fraternidade de Apoio à Área de Queimados e o Banco de Olhos de Brasília.

CONGRESSO

José Roberto Arruda lembrou que de ontem até o próximo domingo será realizado, em Brasília, um congresso comemorativo dos 175 anos da Maçonaria, com a participação de 10 mil membros de todo o país. Disse que a representação brasileira é a maior potência maçônica da América Latina, com mais de

80 mil filiados, e destacou que a instituição mantém 850 creches, abrigos, orfanatos, asilos e hospitais no Brasil.

Em aparte, o senador Epitácio Cafeteira, em nome da liderança do PPB, associou-se às homenagens, destacando o trabalho da Maçonaria no país. O senador Esperidião Amin (PPB-SC) disse que o papel de todas as instituições, tanto no campo filosófico quanto no religioso, ou das idéias, há de se desenvolver

dentro do espírito de tolerância, que é a grande marca da sociedade brasileira, juntando-se, assim, às homenagens prestadas. Também se associaram às homenagens os senadores José Bianco (PFL-RO), Ramez Tebet (PMDB-MS), José Sarney (PMDB-AP), Mauro Miranda (PMDB-GO), Nabor Júnior (PMDB-AC), Ney Suassuna (PMDB-PB), Elmira Fernandes (PTB-RS), Elcio Alvares (PFL-ES) e Levy Dias (PPB-MS).

Na voz de ACM, a adesão do Senado

Na presidência dos trabalhos, o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) declarou que o Senado associava-se às manifestações do povo brasileiro.

- Sem qualquer problema ideológico, todos os partidos se manifestaram nesse aplauso à Maçonaria, traduzindo a

nossa vontade e o nosso desejo de estimulá-los, ainda mais, a trabalhar pelo país, como vêm fazendo - afirmou. Antonio Carlos disse que a presença de muitos maçons no plenário do Senado era uma tradução muito clara de quanto eles desejavam trabalhar com os representantes do povo.

A SESSÃO DE ONTEM DO SENADO FEDERAL FOI PRESIDIDA PELOS SENADORES ANTONIO CARLOS MAGALHÃES, RONALDO CUNHA LIMA, FLAVIANO MELO, NEY SUASSUNA, RAMEZ TEBET E RENAN CALHEIROS

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães - **1º Vice-Presidente:** Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Júnia Marise - **1º Secretário:** Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio - **3º Secretário:** Flaviano Melo
4º Secretário: Lucídio Portella
Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúdio Coelho - Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Senado na Internet - <http://www.senado.gov.br>

O *Jornal do Senado* é distribuído também nos vãos da Vasp, Varig, Transbrasil e Líder que saem de Brasília

Jornal do Senado

Órgão do Senado Federal (Ato da Comissão Diretora nº 20, de 1996)
 - **Endereço:** Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - **Telefones:** (061) 311-3331 - 311-3333 - 311-3335 e **Fax:** 311-3137 - Brasília - DF
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Divulgação e Integração: Helvécio Rios
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos
Diretor da Agência Senado: Domingos Mourão Neto
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso
Diagramação: Sérgio Luiz, Wesley Carvalho e Osmar Miranda
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Jane Araújo e Júlio Essucy
Revisão: Lindolfo Amaral, Fernando Varela e João Ribeiro
 Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.